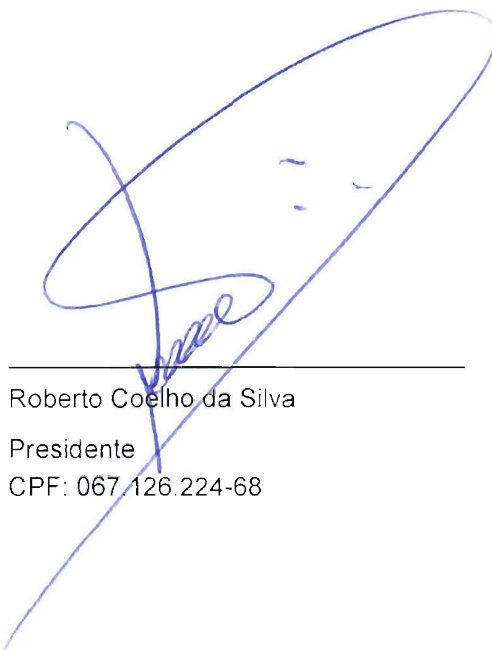


Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio Grande do Norte


Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores em reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.946.677,90	2.185.781,57
Outros créditos	4	12.832,33	17.056,64
Despesas pagas antecipadamente	5	7.916,37	7.996,07
Total do ativo circulante		<u>2.967.426,60</u>	<u>2.210.834,28</u>
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	6	-	15.573,71
Imobilizado	7	220.148,55	252.661,72
Intangível	8	19.570,02	17.904,63
Total do ativo não circulante		<u>239.718,57</u>	<u>286.140,06</u>
Total do Ativo		<u>3.207.145,17</u>	<u>2.496.974,34</u>



Roberto Coelho da Silva
Presidente
CPF: 067.126.224-68



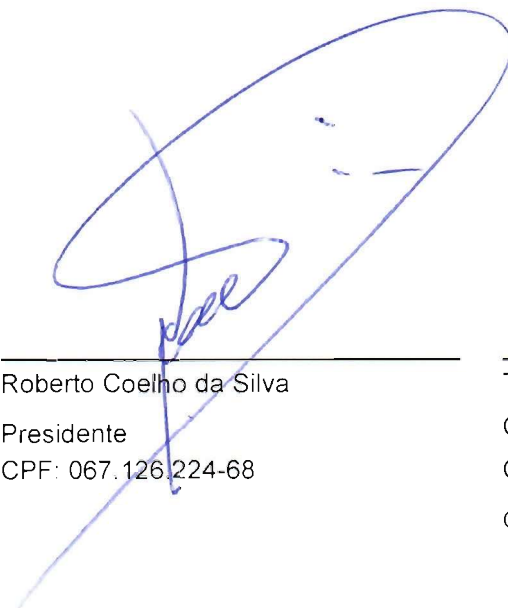
Thiago Bruno Sousa Silva
Contador - CRC RN N° 8470/O
CPF 055.848.974-50
CONTAF - Contabilidade e Assistência Fiscal Ltda

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio Grande do Norte


Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Passivo circulante			
Contas a pagar	9	61.130,13	31.769,17
Salários, encargos sociais e imposto a pagar	10	64.223,86	64.918,52
Provisões trabalhistas	11	18.937,71	18.179,51
Total do passivo circulante		144.291,70	114.867,20
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social	12	2.382.107,14	1.684.229,40
Resultado do Exercício		680.746,33	697.877,74
Total do Patrimônio líquido		3.062.853,47	2.382.107,14
Total do passivo e patrimônio líquido		3.207.145,17	2.496.974,34



Roberto Coelho da Silva
Presidente
CPF: 067.126.224-68




Thiago Bruno Sousa Silva
Contador - CRC RN N° 8470/O
CPF 055.848.974-50
CONTAF - Contabilidade e Assistência Fiscal Ltda

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio Grande do Norte

Demonstração do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores em reais)

	Notas	2019	2018
Receita operacional líquida	13	4.142.189,24	4.027.742,95
(Despesas)/ receitas operacionais			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	14	(905.015,91)	(863.148,66)
Despesas Administrativas	15	(1.001.380,74)	(870.924,28)
Despesas Institucionais	16	(272.574,42)	(228.638,87)
Despesas com serviços de terceiros	17	(1.294.382,27)	(1.360.273,10)
Despesas Tributárias	18	(21.154,84)	(15.717,81)
Despesas com depreciações e amortizações	7/8	(75.607,81)	(82.920,85)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	19/7	(563,78)	1.380,59
Total das despesas operacionais		(3.570.679,77)	(3.420.242,98)
Superávit / (Déficit) operacional antes do resultado financeiro		571.509,47	607.499,97
Resultado Financeiro Líquido	21	109.236,86	90.377,77
Superávit / (Déficit) líquido do exercício		680.746,33	697.877,74



 Roberto Coelho da Silva
 Presidente
 CPF: 067.126.224-68



 Thiago Bruno Sousa Silva
 Contador - CRC RN N° 8470/O
 CPF 055.848.974-50
 CONTAF - Contabilidade e Assistência Fiscal Ltda

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio Grande do Norte

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores em reais)

	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
Saldos acumulados em 31 de dezembro de 2017	<u>1.684.229,40</u>		<u>1.684.229,40</u>
Déficit do exercício	-	697.877,74	697.877,74
Transferência do superávit para patrimônio social	697.877,74	(697.877,74)	-
Saldos acumulados em 31 de dezembro de 2018	<u>2.382.107,14</u>	-	<u>2.382.107,14</u>
Superávit do exercício	-	680.746,33	680.746,33
Transferência do superávit para patrimônio social	680.746,33	(680.746,33)	-
Saldos acumulados em 31 de dezembro de 2019	<u><u>3.062.853,47</u></u>	-	<u><u>3.062.853,47</u></u>


 Roberto Coelho da Silva
 Presidente
 CPF: 067.126.224-68


 Thiago Bruno Sousa Silva
 Contador - CRC RN N° 8470/O
 CPF 055.848.974-50
 CONTAF - Contabilidade e Assistência Fiscal Ltda

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio Grande do Norte

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores em reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Superávit / (Déficit) do exercício	680.746,33	697.877,74
	<u>680.746,33</u>	<u>697.877,74</u>
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	75.607,81	82.920,85
Baixas do ativo imobilizado	-	-
	<u>756.354,14</u>	<u>780.798,59</u>
(Aumento) / Redução nos ativos		
Outros créditos	4.224,31	(4.527,76)
Despesas pagas antecipadamente	79,70	(1.938,00)
Depósitos judiciais	15.573,71	(453,00)
	<u>19.877,72</u>	<u>(6.918,76)</u>
Aumento / (Redução) nos passivos		
Contas a pagar	29.360,96	-5.685,52
Salários, encargos sociais e impostos a pagar	(694,66)	1.800,34
Provisões trabalhistas e encargos previdenciários	758,20	592,47
	<u>29.424,50</u>	<u>(3.292,71)</u>
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	<u>805.656,36</u>	<u>770.587,12</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(34.282,00)	(39.007,00)
Adições ao ativo intangível	(11.190,31)	(8.508,15)
Baixa de Ativo Imobilizado	712,28	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	<u>(44.760,03)</u>	<u>(47.515,15)</u>
(Redução)/Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>760.896,33</u>	<u>723.071,97</u>
Caixa e equivalente de caixa		
No início do exercício	2.185.781,57	1.462.709,60
No final do exercício	2.946.677,90	2.185.781,57
(Redução)/Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>760.896,33</u></u>	<u><u>723.071,97</u></u>

Roberto Coelho da Silva
Presidente
CPF: 067.126.224-68

Thiago Bruno Sousa Silva
Contador - CRC RN N° 8470/O
CPF 055.848.974-50
CONTAF - Contabilidade e Assistência Fiscal Ltda

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

Em 03 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715/98 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). O Decreto nº 3.017/99, de 06 de abril do ano seguinte, complementou o ato inaugural e instituiu os regulamentos e demais dispositivos que lhe balizam a atuação.

O Sescoop integra o Sistema Cooperativista Brasileiro e fornece-lhe suporte em formação profissional – técnica e gerencial – e na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, além de apoiar diretamente a operação das cooperativas.

Formalmente, é entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza fiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitua o Artigo 12. do Decreto-lei nº 3.017 de abril de 1999:

“A distribuição e forma de utilização dos recursos aludidos neste capítulo serão definidos no Regimento Interno.”

As responsabilidades sociais do Sescoop evidenciam-se, particularmente, na ênfase conferida às atividades capazes de produzir efeitos socioeconômicos condizentes com os objetivos do Sistema Cooperativista.

O Sistema Sescoop opera em todo o território brasileiro. Compõe-se de uma unidade nacional (o Sescoop Nacional (Sescoop NA), com sede em Brasília) e de 27 unidades estaduais que atuam nos 27 Estados da Federação e no Distrito Federal. Conta, em função dessa estrutura, com grande capilaridade, o que entre outras vantagens confere-lhe flexibilidade ímpar no atendimento às cooperativas.

A Entidade está sujeita, ainda, à auditoria externa independente e tem sua execução orçamentária sob o crivo do Tribunal de Contas da União, o qual tem poderes para efetuar fiscalizações contábil e financeira, além de inspeções e auditorias operacionais e patrimoniais, nos termos dos Artigos 70. e 71. da Carta Magna e Artigos 1º e 5º da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), bem como enviar à Controladoria Geral da União, conforme preceitua a Lei nº 11.768, de agosto de 2008, do Artigo 6º, § 3º:

“As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, deverão divulgar, pela internet, dados e informações acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, bem como das aplicações efetuadas, discriminadas por finalidade e região.”

As operações dos Sescops estaduais são substancialmente mantidas por meio do recebimento do repasse de recursos efetuados pelo Sescoop Nacional. Havendo déficit apurado no exercício, este será absorvido pelo patrimônio social (superávit acumulado).

A entidade não tem outros resultados abrangentes além do resultado do exercício.

As demonstrações contábeis foram emitidas na data de encaminhamento à auditoria 20 de Março de 2020, e estão devidamente autorizadas para deliberação do Conselho Fiscal.

2. Preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis do SESCOOP RN foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem finalidade de lucros, as quais abrangem, respectivamente, os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações do SESCOOP RN, especificamente as suas despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de contribuições destinadas ao SESCOOP RN são reconhecidas contabilmente quando da sua origem, a qual se dá através dos efetivos repasses recebidos.

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.2.3. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota

Explicativa nº 7. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os bens estando em condições de uso são doados para as cooperativas.

2.2.4. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A Administração revisa anualmente o valor estimado de realização dos ativos, e taxa de depreciação, levando em consideração sua vida útil. A amortização dos bens é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 8.

2.2.5. Impairment

O Sescoop RN avaliou no encerramento do exercício social se existiram evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirmasse a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, o Sescoop RN reconheceria no resultado a perda por impairment. Foi elaborado um relatório interno do Sescoop RN, visando atender as exigências contidas no CPC PME, e não foi identificada a necessidade de provisão para desvalorização de ativos em 31 de dezembro de 2019.

2.2.6. Contas a Pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário das atividades operacionais. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor pactuado em contrato, documento similar hábil ou documento fiscal legal, os quais propiciem ao Sescoop RN bases confiáveis de mensuração de valor e realização do fato gerador objeto de registro por competência. Na prática, são, normalmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.7. Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.2.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros, serão gerados em favor do Sescoop RN e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Sescoop RN possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo

provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável de ocorrer nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.9. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

2.2.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis da entidade é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção da vida útil de bens do imobilizado, dos ativos intangíveis, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao próprio processo de estimativa.

A Administração da entidade monitora e revisa estas estimativas e suas premissas em bases anuais.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável estimado, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

b) Provisões para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

(ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.4. Gestão de riscos

a) Gestão de risco financeiro

A gestão de risco da entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela administração e estrutura corporativa da entidade, assim composta:

- Superintendência administrativa: órgão de gestão administrativa da entidade;
- Conselho fiscal: órgão de assessoramento do conselho deliberativo, para assuntos de gestão patrimonial e financeira;
- Conselho de administração: órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da entidade.

A entidade restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Fundos de caixa	2.640,00	2.640,00
Bancos	5.376,04	112,37
Aplicações financeiras (a)	2.938.661,86	2.183.029,20
Total	2.946.677,90	2.185.781,57

3.1. Aplicações Financeiras

Instituições financeiras	Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Banco do Brasil S/A	POUPANÇA	65,01	62,06
Banco do Brasil S/A	CDB DI/260430	302.922,00	-
Banco do Brasil S/A	CDB DI/	136.807,08	130.204,48
Banco do Brasil S/A	BB CP 50MIL	153,78	1.337,15
Banco do Brasil S/A	BB RF LP 600M	653.524,08	619.546,66
Banco do Brasil S/A	POUPANÇA		
Banco do Brasil S/A	OURO	1.845.189,91	1.431.878,85
Total		2.938.661,86	2.183.029,20

- (a) As aplicações financeiras são efetuadas em instituição financeira de primeira linha, com resgate a qualquer momento, na modalidade de Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI), BB-CP 50MIL, BB RF LP CORP 600M e restante em Poupança Ouro.

4. Outros créditos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos a empregados (a)	5.233,92	5.458,23
Adiantamento para Despesas	-	4.000,00
IRRF a Recuperar	7.598,41	7.598,41
Total	12.832,33	17.056,64

- (a) Adiantamento de férias coletivas aos empregados do SESCOOP/RN em dezembro 2019 para gozo apenas em 2020.

5. Despesas pagas antecipadamente

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Seguros a apropriar – veículo	3.076,10	3.076,10
Despesas com pessoal a apropriar – seguro de vida	4.840,27	4.919,97
Total	7.916,37	7.996,07

6. Depósitos judiciais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito recursal (a)	-	15.573,71
Total	-	15.573,71

- (a) Depósito Judicial, Processo 3832009-0, Ação Civil Pública- Contratação de empregados, com suposta violação do art. 37 da Constituição Federal, por entender o Ministério Público do Trabalho que o sistema “S” obrigatoriamente deve realizar concurso público para a seleção de empregados. O processo esta em andamento desde 01/04/2013 aguarda uma posição do Supremo Tribunal Federal, assim nossos assessores jurídicos entendem que seja possível a perda nessa causa. Em 2019 o depósito foi liberado em favor da Instituição, o processo trânsito em Julgado não cabendo recurso cabível ao Ministério Público.

7. Imobilizado

Descrição	% – Taxas anuais de depreciação	31/12/2019		31/12/2018	
		Custo	Depreciado	Líquido	Líquido
Mobiliário	10%	158.835,30	(113.925,96)	44.909,34	56.594,39
Veículos	20%	118.500,01	(77.025,00)	41.475,01	41.475,01
Máquinas e equipamentos	10%	70.256,35	(47.142,51)	23.113,84	23.560,19
Equipamentos de Informática(a)	20%	320.711,69	(220.873,12)	99.838,57	113.788,10
Equipamentos de comunicação	10%	42.896,21	(32.084,42)	10.811,79	17.244,03
Total		711.199,56	(491.051,01)	220.148,55	252.661,72

- (a) Existem bens com vida útil de 3 anos gerando taxa de depreciação de 34% ao ano.

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado em 2019:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2018	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/2019
Mobiliário	56.594,39	1.760,00	(208,63)	(13.236,42)	44.909,34
Veículos	41.475,01	-	-	-	41.475,01
Máquinas e equipamentos	23.560,19	5.341,00	(369,83)	(5.417,52)	23.113,84
Equipamentos de informática	113.788,10	27.181,00	(133,82)	(40.996,71)	99.838,57
Equipamentos de comunicação	17.244,03	-	-	(6.432,24)	10.811,79
Total	252.661,72	34.282,00	(712,28)	(66.082,89)	220.148,55

A Entidade constituiu comissão para avaliar os bens do ativo imobilizado e intangível sobre os aspectos de tempo de vida útil, taxas de depreciação e avaliação. A comissão não encontrou valor residual relevante e/ ou alteração no tempo de vida útil dos bens patrimoniais do Sescop RN. Conforme registros e controles existentes, não sendo realizado nenhum ajuste contábil em decorrência desta avaliação.

8. Intangível

A seguir, demonstramos a composição do ativo intangível, conforme determinado no CPC 04 e NBC T 19.8 "Resolução CFC nº 1.139/2008":

Descrição	% - Taxas anuais de Amortização	31/12/2019	31/12/2018
Direitos de uso de software	20%	19.570,02	17.904,63
Total do intangível	-	19.570,02	17.904,63

Destacamos a seguir a movimentação do ativo intangível em 2019:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2018	Adição	Baixa	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2019
Direitos de uso de software	17.904,63	11.190,31	-	(9.524,92)	19.570,02
Total	17.904,63	11.190,31	-	(9.524,92)	19.570,02

9. Contas a pagar

Obrigações referentes às aquisições de bens e serviços para manutenção das atividades-fim e meio.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores – pessoa jurídica	61.130,13	31.769,17
Total	61.130,13	31.769,17

10. Salários, encargos sociais e impostos a pagar

O Sescoop RN calcula e recolhe as contribuições de acordo com a legislação vigente. Os valores desse grupo de contas representam as obrigações decorrentes da folha de pagamento dos funcionários e demais pessoas jurídicas e físicas prestadoras de serviços, cuja posição e comentários analíticos estão descritos a seguir:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Encargos, consignações sobre a folha de pagamento (a)	53.207,73	54.432,75
Encargos sobre terceiros (b)	11.016,13	10.485,77
Total	64.223,86	64.918,52

- (a) Os saldos anteriores referem-se aos impostos retidos e incidentes sobre folha de pagamento e férias dos funcionários do Sescoop RN no mês de dezembro de 2019 para recolhimento de parte em janeiro de 2020 e parte em fevereiro 2020;
- (b) Os saldos referem-se a IR, PIS, COFINS, CSLL e ISS sobre serviços tomados de cooperativas no mês de dezembro de 2019 só são recolhidos em janeiro de 2020.

11. Provisões trabalhistas e encargos sociais e previdenciários

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Férias e abonos pecuniários com respectivos adicionais de 1/3	14.271,08	13.699,70
INSS sobre férias	3.382,23	3.246,83
FGTS sobre férias	1.141,69	1.095,99
PIS sobre férias	142,71	136,99
Total	18.937,71	18.179,51

12. Patrimônio social

Composto substancialmente de superávit e ou déficit acumulados:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio Social	2.382.107,14	1.684.229,40
Resultado do Exercício	680.746,33	697.877,74
Total	3.062.853,47	2.382.107,14

13. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Receita de Contribuições – Sescoop (a)	1.575.417,37	1.490.517,63
Receitas de transferências às UE's - (b)	2.517.600,00	2.490.425,32
Receitas de Serviços (c)	49.171,87	46.800,00
Total	4.142.189,24	4.027.742,95

- (a) Refere-se às contribuições realizadas pelas cooperativas do Estado, por meio do pagamento da GPS e repasse do INSS para o Sescoop Nacional;
- (b) Refere-se à repasse suplementar de recursos fornecidos pelo Sescoop Nacional acrescido da realização de Receitas com projetos especiais – FUNDECOOP.
- (c) Receita referente de inscrição de cursos feito pela Instituição

14. Pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Vencimentos e remunerações	541.581,63	518.379,87
Encargos trabalhistas	174.230,80	170.424,20
Benefícios sociais	189.203,48	174.344,59
Total	905.015,91	863.148,66

15. Despesas administrativas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com dirigentes e conselheiros	153.089,22	136.724,26
Ocupação e serviços públicos	282.656,48	250.020,82
Despesas de comunicação	36.894,00	40.515,24
Material de consumo	157.329,14	149.309,11
Passagens e locomoções	216.044,50	131.203,11
Diárias e hospedagens	153.799,88	158.717,40
Outras despesas de viagens	1.567,52	4.434,34
Total	1.001.380,74	870.924,28

16. Despesas institucionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Locações	13.324,00	8.928,95
Materiais e Divulgação	870,00	-
Materiais para treinamento	22.630,66	12.019,13
Serviços e divulgações institucionais	201.257,05	154.435,34
Auxílios financeiros a estudantes	34.492,71	53.255,45
Total	272.574,42	228.638,87

17. Serviços profissionais e contratados

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Serviços técnicos especializados PJ	909.980,08	1.035.333,50
Transportes	5.386,45	9.914,30
Serviços gerais PJ	297.047,68	240.054,69
Estagiários	14.153,60	10.095,00
Outros serviços de terceiros – PJ	946,79	1.612,95
Encargos sobre serviços de terceiros	66.867,67	63.262,66
Total	1.294.382,27	1.360.273,10

18. Despesas tributárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Estaduais	2.609,18	2.668,64
Municipais	17.541,92	13.049,17
Outras despesas tributárias	1.003,74	
Total	21.154,84	15.717,81

19. Outras Receitas/Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de despesa (a)	148,50	1.380,59
Total	148,50	1.380,59

(a) Recebimento referente à devolução de valor pago a maior pela Entidade, para prestadora de serviço.

20. Transações com partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da Administração

De acordo com o regimento interno do SESCOOP Nacional é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

21. Resultado financeiro líquido

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Receitas Financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	119.498,30	98.412,11
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	10.261,44	8.034,34
Resultado financeiro	109.236,86	90.377,77

22. Seguros

O Sescoop RN adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

23. Evento Subsequente

No dia 09 de março de 2020, o Conselho Federal de Contabilidade emitiu alerta sobre os impactos nas demonstrações contábeis e outros temas relacionados à contabilidade, da pandemia de Coronavírus.

Na data de emissão destas Demonstrações Contábeis, a Entidade não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios tampouco às estimativas e julgamentos contábeis.

Não é possível neste momento mensurar ou antecipar os eventuais impactos futuros decorrentes de uma pandemia do COVID-19. Estima-se apenas, no limite extremo, que serviços de atendimento ao público poderão provocar impactos nas operações, porém sem possibilidade de se avaliar seus respectivos reflexos financeiros.

Internamente, a Entidade vem adotando medidas de precaução para evitar a disseminação do vírus. Até a emissão destas demonstrações, as ações tomadas não afetam ou comprometem as operações.

A Entidade seguirá observando atentamente o desenvolvimento desta situação.



Roberto Coelho da Silva
Presidente



Thiago Bruno Sousa Silva
Contador – CRC/RN -8470/O